
Proposta de Plano de Acção

2013/2015

24ª assembleia da

paz

TRABALHO LIBERTADOR
SOBERANIA HABITADO
SAÚDE EDUCAÇÃO

construir a paz
com os valores de abril

7 de Dezembro

15H00 • FCSH • TORRE B • AUDITÓRIO 2
AVENIDA DE BERNA, 26-C • 1069-061 LISBOA

WWW.CPPL.PT

CPPC

CONSELHO
PORTUGUÊS PARA A
PAZ E COOPERAÇÃO

*A luta pela paz, uma causa
com toda a actualidade e premência!*

Introdução

A XXIV Assembleia da Paz realiza-se numa conjuntura mundial que tem como pano de fundo a maior crise económica e financeira verificada desde 1930. As grandes potências capitalistas do mundo ocidental tentam – através de conflituosas disputas político-económicas com elevados impactos sociais e, bem assim, através mesmo de coacções e agressões bélicas - impor em seu favor uma saída para o atoleiro que criaram para a presente situação mundial.

O aparecimento de potências económicas ditas emergentes e a persistência de movimentos de carácter patriótico e anti-imperialista em todo o mundo, pondo em causa e minando o poder hegemónico das potências imperialistas/colonialistas, contribui para questionar e conter os seus privilégios mas não ainda para conter a sua perigosa agressividade. A constituição, objectivos e acção de organizações regionais de estados (como ALBA, MERCOSUL, OCS) e de fóruns de concertação entre estados (como G20, BRICS), fora do âmbito da ONU, embora com objectivos diversos e, por vezes, até de interesses contraditórios, mas enquanto convergindo para facilitar a defesa ou concretização dos mesmos fins, constitui um obstáculo ao avanço do imperialismo e nega-lhe o livre arbítrio.

Na sequência da tendência belicista e de militarização das relações internacionais tem-se vindo a verificar a subversão da função apaziguadora e de manutenção da paz que cabe à ONU, com especial destaque para o seu Conselho de Segurança. Esta tem vindo a ser abusada nos seus princípios fundadores, sobretudo pelos EUA. Nesta linha, os EUA e a NATO - organização militar de 28 estados que, no seu conjunto, somam 70% dos orçamentos militares e controlam centenas de bases militares à roda do mundo - vêm procurando

usurpar o papel que compete às Nações Unidas para contrapor a lei do mais forte. Para isso desenvolvem campanhas de desinformação, provocações e ameaças, intromissões subversivas secretas, manobras de intimidação militar, invasões, ocupações. Bombardeamentos, imposições violentas de mudança de regime em estados soberanos – o que for necessário – são as vias que os EUA e a NATO percorrem para atingirem os seus objectivos de domínio neocolonialista e imperial.

É neste contexto, em que se avolumam sinais de agravamento da crise e da agressividade do capitalismo - condições que potenciam uma guerra sem fronteiras definidas - que o objectivo fulcral do nosso programa imediato é o desenvolvimento e reforço do movimento da paz em Portugal e para o mundo. É uma necessidade imperiosa e urgente. Só os povos sendo donos do seu destino poderão travar a corrida às saídas bélicas, à guerra.

Particularmente grave é a situação em Portugal, onde se intensificam políticas anti-sociais que enfraquecem a democracia, empobrecem o país e agravam desigualdades sociais, resultado da aplicação do autêntico pacto de agressão da troika (Comissão Europeia, BCE e FMI) assinado, em 2011, pelo governo do PS e pelos partidos do actual governo - PSD e CDS - o qual se tem pautado por uma posição de permanente subjugação a interesses dos grupos económicos e financeiros, nacionais e internacionais, pondo em causa a soberania portuguesa.

Este Programa de Acção adaptar-se-á, na sua concretização, à evolução da situação nacional e internacional, à evolução do movimento social em Portugal e ao movimento da Paz no Mundo.

O CPPC assume como principais linhas de intervenção para o próximo biénio 2013/2015:

1 – Prosseguir o **reforço do movimento da paz em Portugal**, promovendo uma ampla intervenção em **defesa da Constituição da República Portuguesa**, visando pugnar por uma política externa portuguesa em consonância com os princípios consagrados nos três primeiros pontos do seu Artigo 7º, e bem assim consonante com os princípios consagrados na Carta da ONU e do Direito Internacional, procurando também convergir com as lutas dos trabalhadores e do povo português contra as políticas anti-sociais e anti-patrióticas de que o país está a ser vítima e dando particular atenção ao 40º aniversário da revolução de Abril.

2 - **A luta contra a guerra e o militarismo** - contra os blocos político-militares, como a NATO, contra a militarização da União Europeia, contra as bases militares estrangeiras, pelo fim da corrida aos armamentos e por um mundo livre de armas nucleares - e em particular por uma política externa independente de um Portugal soberano, rejeitando a participação de tropas ou forças militarizadas portuguesas em ações contra outros povos sob a égide de qualquer bloco político-militar.

3 - **A solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo**, em particular com os povos vítimas de agressões imperialistas (contra a ingerência estrangeira, a chantagem, o bloqueio ou ameaça de intervenção militar, em solidariedade com a resistência à agressão e à ocupação, apoiando a luta dos povos pelo seu inalienável direito à auto-determinação e soberania, e à independência dos respectivos países).

4 - **O reforço do movimento da paz internacional e do Conselho Mundial da Paz, em que o CPPC participa, seja a nível do Secretariado e do Executivo do CMP, seja como coordenador para a Europa.**

Reforçar o movimento da paz em Portugal!

O CPPC continuará empenhado e a contribuir através da sua acção para o reforço do movimento da paz em Portugal e da sua intervenção.

Mantendo sempre a autonomia e fidelidade aos seus princípios estatutários e programáticos, e não deixando de tomar e desenvolver iniciativa e acção próprias, o CPPC continuará a procurar estabelecer bases de entendimento e colaboração ativa com outras organizações cívicas, fomentando a troca de pontos de vista e informações e desenvolvendo iniciativas e acções na prossecução de objectivos convergentes ou comuns, mediante tomadas de posição, iniciativas, campanhas e plataformas conjuntas.

O CPPC procurará fortalecer os laços de cooperação com outras organizações do movimento da paz em Portugal e reforçar a sua acção em colaboração com todas as organizações democráticas, e em particular integrar as celebrações do 40º aniversário da Revolução de Abril, visando a salvaguarda e promoção dos seus valores libertadores, pela paz e cooperação, a democracia e o desenvolvimento.

Ao contrário do discurso e da acção de sucessivos governos, que têm pautado a sua política externa pelas posições belicistas dos EUA, da UE e da NATO, o CPPC empenhar-se-á no desenvolvimento de uma ampla intervenção em defesa da Constituição da República Portuguesa e pela exigência de uma política externa em consonância com o consagrado nos três primeiros pontos do seu Artigo 7º - uma política externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos -, em consonância com os princípios já

consagrados na Carta da ONU e do Direito Internacional.

Contra o militarismo e as guerras!

A luta contra a guerra e o militarismo é uma das linhas de acção mais importantes e urgentes do CPPC. Apontam-se, entre outras, as seguintes questões a desenvolver:

A luta pela dissolução da NATO, prosseguindo a denúncia do carácter e objectivos desta aliança militar, linha de trabalho assumida nas anteriores Assembleias da Paz; importa evidenciar e confrontar os objectivos e acção da NATO com o sentimento de paz do povo Português e os princípios expressos na Constituição da República Portuguesa; reclamar a missão fundamental das forças armadas em funções de defesa e segurança nacional e repudiando as missões de forças portuguesas ao serviço de interesses do imperialismo.

A luta contra a militarização da União Europeia, elaborada e materializada como pilar europeu da NATO, informando e esclarecendo os seus reais objectivos neocolonialistas e globais, e denunciando as suas consequências para o povo português e os povos da Europa e do Mundo.

Pelo fim da corrida aos armamentos, reforçando a informação sobre os custos da desenfreada corrida armamentista, incluindo o seu impacto sobre os países da União Europeia, abalada pela crise que tem sido pretexto para sacrificar salários e pensões e serviços públicos. O CPPC denunciará as despesas com as guerras e os armamentos, e a sua relação com a crise mundial nas suas vertentes política, social, económica, energética, alimentar e ambiental.

Pelo fim das armas nucleares, reafirmando a necessidade de ratificação universal e efectivo cumprimento do Tratado de Não Proliferação (NPT) e alertando para a necessidade da ratificação do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares (CTBT),

exigindo quer a não proliferação quer o desmantelamento das armas detidas pelas potências nucleares reconhecidas (e não reconhecidas como Israel), e bem assim o fim do desenvolvimento de novas armas nucleares; pugnando pelo estabelecimento de Zonas Livres de Armas Nucleares (como acordado na Conferência de Revisão do NPT em Maio de 2010). Pela denúncia das manipulações que criam falsas ameaças a propósito de armas de destruição maciça, ao mesmo tempo que ocultam ameaças nucleares reais. Pelo fim das bases militares estrangeiras em todo o mundo, incluindo a instalação de sistemas antimíssil na Europa, com especial atenção para o espaço ibérico e em solo nacional.

Pelo cumprimento da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, denunciando e repudiando o desrespeito pela lei internacional - que continua a ser um marco insubstituível no fundamento das relações internacionais - e a subalternização ou manipulação da ONU - cujo papel continua a ser insubstituível e central para a estabilidade internacional e a manutenção da paz.

Pela defesa do meio ambiente, alertando para os riscos de injustiça social e conflito militar incorrido na sequência da apropriação, exploração e destruição de recursos naturais essenciais à vida dos povos. O CPPC continuará a ser solidário com os povos que são alvo de esbulho dos seus recursos, bem como a associar-se a acções em defesa do acesso público a bens comuns essenciais à vida.

Agir solidariamente com os povos em luta!

O CPPC prosseguirá e reforçará a sua acção em prol da solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo, em particular com os povos vítimas de guerras imperialistas.

Ciente de que a situação mundial é actualmente caracterizada pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista e pela persistência da instabilidade e incerteza, com o perigo de escalada de hostilidade e guerra, o CPPC adequará as suas prioridades e acção à evolução da situação nacional e internacional, que poderá conhecer rápidos e imprevisíveis desenvolvimentos.

A resistência é um direito e uma arma dos povos - vítimas de ingerências, embargos e bloqueios, ofensivas diplomáticas e mediáticas, ou agressões militares - em luta pela autonomia, independência e soberania, e por um futuro pacífico. Entre outros aspectos, associar-nos-emos às exigências do cumprimento dos direitos de povos que ainda não acederam à soberania plena e, mais geralmente, à exigência do respeito pelo direito internacional, pela soberania de todos os povos e pela integridade territorial dos estados. Expressaremos a nossa solidariedade activa com os povos vítimas de agressão; denunciaremos o esbulho das riquezas, nomeadamente em territórios ocupados, e a sabotagem ou a destruição de infra-estruturas vitais para a vida dos povos e a economia dos seus países. Colaboraremos com organizações nacionais e estrangeiras no quadro de acções conjuntas ou campanhas de solidariedade a favor dos direitos dos povos e a salvaguarda da sua soberania.

A solidariedade com os povos em luta é tão mais importante quando o militarismo faz acompanhar as suas guerras de agressão por intensas campanhas de difamação e manipulação que têm como objectivo criar as condições para a sua «aceitação» e branqueamento. Esclarecer e informar com verdade a opinião pública, denunciar os reais propósitos que se escondem por detrás das campanhas de desinformação, torna-se, nos dias de hoje, uma premente necessidade, como ainda recentemente ficou claro com a evolução da situação no Médio

Oriente, designadamente na Síria, tal como anteriormente o fora no Iraque.

Pelo reforço do movimento da paz internacional e do Conselho Mundial da Paz!

A melhor, mais significativa e insubstituível contribuição que o CPPC pode dar para o reforço do movimento da paz ao nível mundial é o reforço do movimento da paz em Portugal. Tal não significa que não se empenhe, bem pelo contrário, no reforço das suas relações com o movimento da paz de outros países e, particularmente, com o Conselho Mundial da Paz e organizações nela filiadas.

Porque a Paz é uma causa universal que só pode ser inteiramente assumida no concerto entre todos povos, o CPPC continuará a contribuir para a articulação do trabalho entre os movimentos pela Paz no mundo, nomeadamente, no seio do CMP, estreitando a essa colaboração e disponibilizando-se para continuar a assumir os compromissos que continuem a colocar-se neste quadro. Empenhamento e compromissos que não prejudicam, antes reforçam, a sua acção e responsabilidades em Portugal.

O CPPC continuará a assumir as suas responsabilidades como membro eleito que é do Secretariado e do Executivo do CMP, e coordenador da região Europa, contribuindo, na medida das suas possibilidades e responsabilidades, como o fez ao organizar, em Portugal, no Seixal (Maio e Junho de 2013), a primeira reunião do Secretariado do CMP após a Assembleia Mundial da Paz no Nepal, em Julho de 2012. Também desta forma contribuimos para o reforço do movimento da paz a nível internacional e, concretamente, do prestígio e da acção do Conselho Mundial da Paz.

Pela paz! Um CPPC mais forte!

Na concretização destas linhas de intervenção, o Conselho Português para a Paz e Cooperação enfatiza como objectivo e necessidade o seu reforço orgânico.

Neste sentido, aponta as seguintes linhas de trabalho:

1. Prosseguir a dinamizar do funcionamento dos seus órgãos sociais e dos seus núcleos espalhados pelo país, procurando a realização de pelo menos duas reuniões anuais que envolvam todos os órgãos sociais e um representante de cada núcleo do CPPC;
2. Incentivar a participação dos aderentes nas suas actividades, nomeadamente dos membros da Presidência;
3. Desenvolver iniciativas que favoreçam o mais alargado conhecimento do CPPC e aumentem o número dos seus aderentes, nomeadamente jovens e aderentes colectivos;
4. Prosseguir a actualização do ficheiro e de outros instrumentos de trabalho com vista a melhorar a ligação aos seus aderentes;
5. Incentivar a criação e o funcionamento regular de mais núcleos do CPPC ou comissões de paz;
6. Continuar e alargar a divulgação da sua intervenção, e a regular edição do «Notícias da Paz» e de outras materiais;
7. Reforçar a presença do CPPC nos meios de informação digitais (Internet) através quer da sua página oficial quer das redes sociais;
8. Apoiar a constituição de grupos de trabalho sobre temas ou com missões específicas;
9. Incentivar o pagamento regular da quotização e desenvolver campanhas e iniciativas que tenham como objectivo assegurar uma adequada situação financeira;
10. Iniciar os trabalhos para elaboração de regulamentos, conforme o previsto nos Estatutos, adequados ao bom financiamento da associação;
11. Assegurar a boa manutenção e promover a Casa da Paz como um espaço aberto aos seus aderentes e a todos os amantes e activistas da paz.

Dezembro 2013
